



CTO-BISSAU★FÓRUM DE PAZ

24ª Reunião do Conselho de Paz, Bubaque



XXIVº CONSELHO DE PAZ

CTO BISSAU★FÓRUM DE PAZ – GRUPOS DI KUMPUDURIS DI PAZ (GKP)

Bubaque, 27 de novembro a 1 de dezembro de 2024

APRESENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

INTRODUÇÃO/UNIDADE

Reuniu-se em Bubaque entre os dias 27 de novembro a 1 de dezembro de 2024, o 24º Conselho de Paz de **CTO BISSAU★FÓRUM DE PAZ**.

O Conselho de Paz consiste na Assembleia Representativa Nacional que reúne os 11 Grupos de Kumpuduris di Paz (GKP) sediados e atuantes nas diferentes regiões administrativas da Guiné-Bissau e da Rede das Juventudes Partidárias, afiliadas no **CTO BISSAU★FÓRUM DE PAZ**.

O Conselho de Paz, enquanto órgão consultivo, permite a realização do seguimento, avaliação e verificação do progresso das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Kumpuduris di Paz (GKP) junto à população, que contribuem para a consolidação da paz e ao progresso do país:

- I. São apresentadas recomendações, sobre o desenvolvimento e a eficiência dos Grupos;
- II. Também são recolhidas as recomendações da população referentes as atividades desenvolvidas nas diferentes localidades do país;
- III. Os resultados de inquérito / auscultação à população local, organizados em diferentes setores de observação, nomeadamente: Educação, Saúde, Defesa e Segurança, Economia e Desenvolvimento, Justiça, Política e Governação, Gestão de recursos Naturais, Comunicação, Convivência religiosa, Culturas e Juventudes Partidárias.

No presente Conselho de Paz, os GKP, destacaram-se os desafios empreendidos, em parceria com o Projeto Fórum de Paz (executado pelo GTO-Bissau e o WFD. e V. da Alemanha), e a Rede Oeste Africana para edificação de paz na Guiné-Bissau (WANEP-GB), que permitiram aos cidadãos e as instituições trabalharem na transformação pacífica de conflitos, com vista de uma democracia participativa, baseada nas capacidades locais de construção da paz sustentável e o acesso justo aos recursos.

Para alcançar os objetivos preconizados, foram realizadas atividades na base de princípios que visam a promoção da igualdade de género, educação para a cidadania, monitorização do processo eleitoral e mediação comunitária de conflitos.





CTO-BISSAU★FÓRUM DE PAZ

24ª Reunião do Conselho de Paz, Bubaque



Também, este Conselho serviu para rever as realizações feitas entre o período entre que vai do 23º Conselho de Paz, realizado em Junho de 2024 até ao presente, onde se ressaltam as circunstâncias específicas em que estas últimas ocorreram e que se resumem nos seguintes:

O 24º Conselho de Paz decorreu em Bubaque, dias depois do início da realização, pelos diferentes Grupos de Kumpuduris de Paz, de uma das suas mais importantes ações, concretamente do fanado da cidadania.

O fanado da cidadania, consiste em recuperar os simbolismos de uma das formas tradicionais de transmissão dos valores sociais e culturais, realizado por todos os grupos étnicos e com variações que correspondem as formas de ascensão e emancipação dentro da comunidade. Evento cívico que alberga cidadãos eleitores que pela primeira vez participam num processo eleitoral (novos eleitores).

Para o Fórum de Paz é uma forma de concentrar e destacar assuntos de atualidade, tanto nas localidades de intervenção de uma determinada comunidade, como ao nível do país em geral.

Este ano, os fanados de cidadania foram projetados em atenção as previsões de realização de eleições legislativas marcadas inicialmente para o dia 24 de novembro de 2024 e que foram reportadas sem uma nova marcação, mantendo, portanto, a necessidade de maior sensibilização e definição de estratégias que garantem que sejam realizados os pleitos eleitorais em respeito dos padrões desejados.

LUTA

Avaliação da situação nas localidades e do país

Em termos de situações que se podem considerar de negativos, no âmbito nacional, todos os representantes dos GKP, foram unânimes em considerar os seguintes:

- Falta de liberdade de exercício dos direitos da cidadania, impossibilidade de realização de manifestações ou de expressão através de diferentes meios;
- Subida de preços de quase todos os géneros da primeira necessidade e das péssimas condições sociais;
- Atrasos e deficiente funcionamento das escolas e a paralisação total das escolas de formação dos professores;

Quanto aos aspetos considerados de positivos se realçou a realização de fanados de cidadania em todo o país e a colaboração entre as diferentes organizações que existem nos diferentes locais; também a possibilidade de utilização de vários canais de informação para denunciar as violações e desincentivar as práticas.

Depois destas análises foram trazidas recomendações destinadas a chamar a atenção às autoridades locais e centrais sobre as necessidades de serem encontradas soluções



adequadas, considerando que são problemas que prejudicam a vida das comunidades e de todo o país.

As recomendações são indicadoras que permitem partilhar as perceções sobre a maturidade e qualidade do voluntariado dos GKP e os níveis de aprendizagem, a experiência e conhecimentos complementares que, pouco a pouco se vão obtendo nos relacionamentos diretos e as experiências e os saberes locais na abordagem e mediação de conflitos, assim como na educação para a cidadania. Delas, foram extraídas as recomendações, a serem levadas em conta a nível das autoridades locais e centrais trarão enormes benefícios e são nomeadamente:

PROGRESSO

A). NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

Os delegados lamentam os prejuízos causados no início do ano letivo, ligado as documentações para efeito de efetivação dos professores e formação de corpo docente no decurso das atividades letivas, facto que parcialmente paralisou o setor, associado à greve dos sindicatos da educação que continua sem uma solução a vista.

Numa altura em que o governo continua sem colocar novos professores para colmatar as insuficiências dos técnicos da educação principalmente nas escolas do interior.

A fixação de propinas nas Escolas Superiores de Educação continua a impactar a vida da comunidade académica e famílias, sendo impedidos aos estudantes de reclamarem e como consequências, foram sujeitos aos tratamentos desumanos, perseguições, detenções e espancamentos pelas forças da segurança.

Destaca-se o caso particular em Suzana, onde o fenómeno de assédio sexual é verificado, traduzindo-se nos casos de gravidez das meninas pelos próprios professores.

Neste particular, os delegados recomendam:

- Revogação do Despacho do Ministro da Educação que fixa a propina mensal nas Escolas Superiores da Educação por ferir a realidade socioeconómica do país cujo salário mínimo é de 50.000 francos CFA;
- Cessaçãõ imediata do regime de repressão no sistema educativo guineense;
- Recuperação dos dias letivos perdidos no início do ano letivo 2024-2025;
- Colocação no mais curto prazo, dos professores para preencher as vagas existentes nas escolas;
- Adoção de medidas de combate ao assédio sexual no meio escolar e consequentemente, a gravidez precoce das meninas e a responsabilização dos gestores das escolas em que o fenómeno se verifica;

- f) Realização dos concursos públicos para os postos de diretores das escolas, evitando assim a sua politização;
- g) Reorganizar e relançar os exames nacionais, permitindo a competitividade e a promoção de meritocracia dentro do sistema educativo;

B). NO CAMPO DA SAÚDE:

O setor da saúde ainda se verifica a insuficiência dos hospitais, Centros de Saúde e dos recursos humanos. A corrupção ou cobranças ilícitas e comportamento antiético dos técnicos e ausência do programa padrão, a colocação de pessoas sem preparações específicas na área sanitária são fenómenos que afetam negativamente o sistema nacional de saúde, de acordo com os relatos dos delegados.

Para esta área em particular, recomenda-se os seguintes:

- a) Colocação de técnicos de saúde competentes (com formação específica ou especializada);
- b) Criação de Associação de Amigos dos hospitais e centros de saúde pela comunidade local para dar assistência aos serviços sanitários locais e proporcionar uma colaboração permanente entre os centros e a comunidade;
- c) Melhorar serviço de administração hospitalar e eliminar as más práticas nos estabelecimentos sanitários;
- d) Incentivar práticas transparentes para uma gestão eficiente e eficaz dos recursos de saúde, promovendo uma cultura de prestação de contas e responsabilização;
- e) Promover a inovação e uso de novas tecnologias que permitam melhorar o acesso inclusivo e qualidade de serviços de saúde, troca de experiência e conhecimentos;

C) NO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

A instabilidade política e institucional prolongada deu origem as dificuldades socioeconómicas que enfraqueceram a capacidade do Governo para prestar um bom nível de serviços básicos.

As dificuldades de escoamento de produtos locais, existência de várias barreiras de mobilidade no país traduziram-se no aumento de preço de bens essenciais no mercado nacional e tem afetado a capacidade do Governo central na recolha de receitas.

Apesar disso, continua a pesar na económica nacional um enorme fardo provocado pelas taxas fixadas sem observâncias das leis orçamentais e controlo dos órgãos competentes, tendo em conta que os últimos Governos, designados de iniciativa presidência carecem de programas e orçamentos gerais de Estado com consequências na económica do país.

As atividades geradoras de renda das mulheres não estão a desenvolver por serem as que mais são afetadas pelas barreiras tarifárias e cobranças ilícitas de autoridades e a situação se torna ainda mais grave se considerarmos que há uma ausência serviços de microcrédito para

atenuar as demandas socioeconómicas da população. A corrupção afeta negativamente o setor económico de forma generalizada.

Pelo que os delegados ao 24º Conselho de Paz recomendam:

- a) Adotar as políticas setoriais para promoção de produção local e acesso ao mercado de escoamento dos produtos nacionais;
- b) Criação de bancos agrícolas para financiamento de pequenas e medias empresas;
- c) Adoção de políticas públicas para a promoção e valorização de setor turístico;
- d) Conceção de políticas publicas para transformação de frutas locais para empoderamento económico das mulheres através de pequenas e médias empresas;
- e) Promover o reforço de capacidade institucional da Agência nacional de Emprego Jovem;
- f) Organizar feiras regionais e setoriais de emprego jovem para eventual troca de experiência, partilha de informações sobre oportunidade diversificadas;
- g) Abolição de cobranças ilícitas pelas autoridades administrativas locais;

D). NO CAMPO DA JUSTIÇA:

Os conflitos comuns em quase todas as localidades, foram maioritariamente de disputa de terreno para a agricultura e das bolanhas entre as comunidades. Sobre estes aspetos, os GKP têm prestado e acompanhado a resolução de muitos deles e para o efeito, desenvolveram iniciativas que visam aproxima-los com as diferentes autoridades estatais e tradicionais e nestes aspetos se realçou a confiança que a comunidade tem construída em relação aos Kumpuduris di Paz, fato que leva com que sejam solicitados, tanto pelas autoridades, como pelas populações;

As peças teatrais que foram montadas pelos diferentes GKP se adaptaram às necessidades de realçar as situações atuais em diferentes localidades e para a qual foram, sempre, convidados os diferentes atores locais.

Da discrição das referidas apresentações, se entendeu que, alguns problemas que se possam julgar de serem apenas exclusivos a uma determinada região, são verificados noutras localidades, daí a necessidade de partilhar as apresentações de forma a alertar sobre a questão e consequentemente, atuar na prevenção de certas situações.

O funcionamento deficiente da justiça foi uma questão que sobressaiu em todas as localidades e trazendo sinais de impaciência por parte da população, incentivando a realização da justiça privada, o que preocupa bastante os Kumpuduris di Paz.

Os GKP de quase todas as localidades, referenciaram as interferências políticas junto às comunidades, como fatores que geram conflitos ou dificultam a resolução dos que decorrem, mesmo as autoridades tradicionais ficaram afetadas com essas interferências e que a tendência é de aumento de tais interferências.



CTO-BISSAU★FÓRUM DE PAZ

24ª Reunião do Conselho de Paz, Bubaque



Ainda, segundo aos relatos de diferentes grupos, estes obstáculos foram ultrapassados graças as experiências adquiridas ao longo de vários anos, nas gestões e resoluções de situações complexas e que por fim, todos conseguiram realizar os eventos e atingidos os resultados preconizados.

Mesmo assim, os conflitos continuam a registar perante a morosidade e custo da justiça que se verifica no interior do país.

Neste particular, os delegados recomendam:

- a) Na resolução dos conflitos de terra, devem ser respeitadas as disposições legais em vigor (Lei de terra) e ter em conta os interesses da população.
- b) Descentralizar e apoiar o Centro de Acesso a Justiça (CAJ) que esteja ao alcance de toda a população guineense;
- c) Valorização de métodos tradicionais de mediação, gestão e resolução de conflitos;
- d) Recuperação de tribunais setoriais em todas as localidades previstas e colocação de operadores de justiça fixados nas suas áreas;
- e) Reorganização de sistema de administração da justiça;
- f) Instalar os serviços complementares de justiça como as conservatórias de registo civil e cartórios notariais no interior do país de forma a evitar as necessidades de se deslocar para a cidade de Bissau;

E). NO CAMPO DA POLÍTICA E GOVERNAÇÃO

A Guiné-Bissau continua a ser afetada pela instabilidade política, com tensões dentro e entre grupos políticos. Nas últimas eleições legislativas de junho de 2023, 20 partidos políticos e 2 coligações de partidos políticos apresentaram candidaturas (PAI TERRA RANKA, APU-PDGB, PRS, MADEM-G15, etc.).

Atualmente, e pela primeira vez na História da Guiné-Bissau, os Partidos políticos dominantes estão a dividir-se em dois blocos: um bloco é reconhecido pelo Supremo Tribunal da Justiça e o outro pelos militantes. O Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15) e o Partido da Renovação Social (PRS), estão afetados por este fenómeno novo e sem precedentes.

Agrupados numa coligação política, os líderes das alas reconhecidas pelos militantes são convidados pelo Supremo Tribunal de Justiça a renunciarem-se das suas militâncias nos respetivos partidos. Por outro lado, o mesmo STJ teria pedido a mudança de cabeça de lista da Coligação PAI – TERRA RANKA, coordenada pelo líder da oposição guineense Domingos Simões Pereira. Não obstante o adiamento das eleições, a corte suprema guineense decidiu indeferir a candidatura de algumas plataformas políticas, o que representa uma ameaça a democracia guineense, sendo uma plataforma que congrega um dos maiores partidos da oposição após a dissolução de ANP no dia 4 de dezembro pelo Presidente da República.



Essa constante instabilidade política tem vindo a comprometer o processo de desenvolvimento das regiões, visto que nenhuma autoridade consegue governar uma legislatura completa.

Os delegados recomendam sobre este campo:

- a) Garantir acesso universal de meninas e mulheres ao sistema de ensino público gratuito em todos os níveis, em particular as das zonas rurais;
- b) Criação de políticas públicas setoriais favoráveis ao aumento de participação e representação das mulheres em todas as esferas públicas e de tomadas de decisões;
- c) Criação de um observatório de igualdade e equidade de género com as antenas nas regiões;
- d) Desincentivar interferências políticas nos assuntos locais (autoridades religiosas e tradicionais) tendo em conta as suas influências negativas na coesão social e nas relações futuras;
- e) Apelar que sejam respeitados os direitos fundamentais dos cidadãos, concretamente os direitos a manifestação pacífica e da liberdade de expressão e de pensamento;
- f) Que sejam tomadas todas as disposições necessárias para realização das eleições dentro dos padrões legais e que sejam o mais inclusivo possível;
- g) Criação de um Comité de Pilotagem para reforma de estado, para garantir a adoção e criação de consenso relativamente as prioridades e integrando a sociedade civil;
- h) Criação de amplo consenso sobre a revisão da Constituição da República da Guiné-Bissau através de um diálogo inclusivo e transparente com todos atores políticos e sociais;
- i) Abrir escolas de formação técnico profissional nas regiões, de forma a colmatar o desemprego jovem e a desigualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros nos postos de trabalho;
- j) Criar mecanismos para combater o turismo sexual, sobretudo, infantil, com maior incidência na região de Bolama – Bijagós;
- k) Aumentar a presença de serviços de estado (força de defesa e segurança) nas regiões, em especial região de Bolama-Bijagós tendo em conta a sua especificidade;

F). NO CAMPO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Os delegados a 24 Conselho de paz descreveram explorações irracionais dos recursos naturais nas suas respetivas regiões. Onde foram destacadas as recentes explorações de areia pesada em Suzana e Ntchalé, o corte de madeiras, não obstante a moratória sobre o setor da floresta, assim como a pesca nas águas nacionais. Tudo isso acontece sob auspícios do estado da Guiné-Bissau e a população desconhece dos acordos, cujos rendimentos não refletem no desenvolvimento da economia nacional.

Relativo a este setor, os delegados recomendam:

- a) Divulgação de leis sobre a proteção e conservação de meio ambiente em parceria com os Centros de Acesso a Justiça através de djumbai comunitários;

- b) Realização de estudo de impacto ambiental e que esteja à disposição do público;
- c) Reforço de capacidade de técnicos e ambientalistas sobre o Direito ambiental;
- d) Reforço de capacidade aos técnicos de serviços marítimos e equipá-los para fiscalização das águas nacionais e combater as atividades nocivas;
- e) Reforçar o quadro legal e institucional sobre os crimes ambientais;
- f) Elaborar e implementar os instrumentos territoriais e regidos sólidos;

G). NO CAMPO DA DEFESA E SEGURANÇA

Desde acontecimento de 1 de fevereiro de 2022, a estabilidade do país tem sido ameaçada por tensões no seio das forças de segurança. A criação em 2023 de uma força paramilitar que opera fora do controlo do Interior, aumentou os receios das partes interessadas, incluindo os defensores dos direitos humanos.

Ao longo do 24º Conselho de Paz, os delegados de 11 Grupos de Kumpuduris di Paz relataram as violações dos direitos humanos nas suas respetivas regiões. De acordo com as descrições dos diferentes grupos, existe um facto que influenciou as realizações cerimoniais centrais dos fanados di cidadania, pelo menos nas condições desejadas, concretamente, o fato de as autoridades policiais terem proibido as manifestações, tanto dos partidos políticos, como dos cidadãos em geral que visam reivindicar certos direitos.

Um dos acontecimentos marcantes nestas circunstâncias foi a repressão dos estudantes das escolas superiores de educação, duramente reprimida no dia 20 de Novembro e das quais foram detidos alguns e que só vieram a ser libertados no dia 22 do mesmo mês.

Estas situações levaram as autoridades locais a pensarem nas restrições ou impedimento de concentrações e que podiam ser aproveitados para manifestações políticas, sendo assim, foram custosas as tarefas de conseguir realizar os eventos, não obstante ao ambiente de tensão que se verificaram em quase todas localidades.

- a) Continuar com as reformas no setor de defesa e segurança;
- b) Capacitação permanente de forças de defesa e segurança sobre a cidadania e direitos humanos;
- c) Equipamento de esquadras e comandos de Guarda Nacional com meios apropriados para poder estar à altura de atender as demandas da população;
- d) Organizar reuniões com as forças de defesa e segurança a fim de encontrar soluções para um enquadramento profissional das missões de ordem publica;
- e) Promoção de policiamento comunitário de forma a incentivar a confiança e aproximação entre a população e forças de segurança;

H). NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

O pluralismo dos Mídias na Guiné-Bissau é contrabalançado pela predominância da política no tratamento da informação. Este facto pode contribuir para alimentar a violência e continua a contribuir para o nível de tensão no país, não obstante, a relevância de

comunicação social para criação de uma massa cívica consciente e capaz de participar no desenvolvimento do país. Verifica-se uma politização significativa dos meios de comunicação social e dos seus atores (pró-poder e anti-poder) através de uma cobertura suficiente incitante dos campos opostos. Ainda se verificam as perseguições, detenções e espancamentos de jornalistas, aumento de taxas para obtenção de alvará pelos sucessivos governos, sem que haja uma subvenção do executivo aos órgãos de comunicação social.

- a) Adotar políticas públicas para subvenção dos órgãos de comunicação social e não só;
- b) Criação de condições de proteção de profissionais de media;
- c) Revogar de despacho conjunto de imposto sobre alvará para órgãos de comunicação social;
- d) Valorizar os meios de comunicação social como valor de desenvolvimento sustentável na promoção de boa governação;
- e) Elaborar um plano estratégico para o setor da comunicação social, que inclua a política nacional, estatuto remuneratório, observação de imprensa, revisão de lei de imprensa, mecanismo de proteção de direito sindical;
- f) Promover iniciativas de advocacia junto de governo e de entidade suscetível de influenciar o setor de medias;

I). NO CAMPO DA CONVIVÊNCIA RELIGIOSA

Nos últimos tempos na Guiné-Bissau há uma interferência da política na religião (e vice-versa), facto que está a minar a boa convivência inter-religiosa e étnica no país. Apesar de a Constituição da Guiné-Bissau ter de forma clara esclarecida “a separação de instituições religiosas com o estado”, continua a se verificar a institucionalização de assuntos religiosos pelo poder político.

Para fazer face a este distrato, os delegados apontam:

- a) Respeito escrupuloso de preceito Constitucional sobre a relação entre a política e a religião;
- b) Preservar a religião como reserva moral da sociedade;
- c) Organizar Djumbai comunitários com os líderes religiosos sobre contribuição de religião no desenvolvimento e a convivência social;
- d) Apelar à não interferência política na religião;

J). NO CAMPO DA CULTURA

- a) Criar condições da estabilidade política para efetivação da região de Bolama-Bijagós como Património Mundial de UNESCO;
- b) Adotar políticas publicas para a promoção do setor artístico e criação de museus e bibliotecas nacionais e regionais;
- c) Promover músicas nacionais e adoção de lei de direito de autor;
- d) Promover o ensino de línguas nacionais nas escolas públicas;
- e) Introduzir a história e culturas da Guiné-Bissau no currículo escolar;



K). NO CAMPO DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS

A divisão nos partidos políticos certamente afetou a paz social e a democracia representativa e participativa. O partido político tem vindo a dividir-se em facções antagónicas, caso do Partido da Renovação Social (PRS), Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), facto que resultou na dissolução de parlamento considerada ilegal de ponto de vista Constitucional, assalto à Assembleia Nacional Popular e permanência de um governo da iniciativa presidencial, o que está a contribuir na deterioração da política.

A designada passeata, organizada pelas coligações de opositores ao regime, concretamente o PAI-Terra Ranka e API-Cabaz Garandi, reiterando a necessidade de marcação de novas datas de eleições, tendo em conta que as que tinham sido previstas foram desmarcadas, que resultou numa repressão brutal dos participantes e na detenção e espancamento de vários dirigentes das formações políticas participantes que, segundo os relatos das vítimas, mesmo dentro das instalações do Ministério de Interior, foram alvos de severas torturas.

Os delegados recomendam os seguintes sobre este setor:

- a) Colaborar com órgãos de soberania para resolver os problemas existentes no Supremo Tribunal de Justiça e na Comissão Nacional de Eleições;
- b) Criar um ambiente de trabalho entre todos os partidos políticos, através de comunicação e concertação regular sobre as suas atividades, como forma de garantir um clima de paz social;
- c) Criar pontes entre os líderes de partidos políticos para evitar o agudizar da crise através de um diálogo político urgente com vista a alcançar um compromisso sobre as condições de organização de todo o processo eleitoral na Guiné-Bissau;

Feito em Bubaque, a 30 de novembro de 2024.

